



# Anais da Assembléia

N.ºs 101 e 102

CURITIBA, SEGUNDA/TERÇA-FEIRA, EM 27 e 28 DE SETEMBRO DE 1982

ANO VIII

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.a LEGISLATURA

ATA DA 87.a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 1982

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Ezequias Losso e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

Mensagem:

**MENSAGEM N.º 125/82**

Curitiba, 16 de setembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a emitir e colocar no mercado financeiro, Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná, Tipo Reajustável - ORTE-PR.

O elevado significado, necessidade e oportunidade de que é revestida a proposição ora submetida a essa augusta Casa de Leis, estão contidos na inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 1.134/82, de 15 do corrente mês, firmada pelo Senhor Secretário de Estado das Finanças.

Outrossim, solicito que a matéria aqui tratada seja apreciada, por essa augusta Assembléia Legislativa, na forma prevista pelo § 3.º, do artigo 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES — Governador do Estado

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a emitir e a colocar no mercado, através da Secretaria de Estado das Finanças, Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná — Tipo Reajustável — ORTE-PR, obedecidos os requisitos fixados pela Legislação Federal.

Art. 2.º — O produto da colocação das Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná — Tipo Reajustável — ORTE-PR, será destinado exclusivamente ao financiamento de despesas orçamentárias, necessárias ao desenvolvimento econômico e social do Estado, constantes dos orçamentos Anuais e Plurianuais aprovados pelo Poder Legislativo.

Art. 3.º — As Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná — Tipo Reajustável — ORTE-PR, serão emitidas, observadas as condições seguintes:

I — Prazo de vigência de 1 (um) ano e máximo de 10 (dez) anos, fixado no ato da emissão,

II — Valor nominal unitário igual ao das Obrigações do Tesouro Nacional — Tipo Reajustável — ORTN, reajustável mensalmente, de acordo com os índices adotados para estas,

III — Juros calculados mensalmente sobre o valor nominal reajustado, de acordo com os prazos de resgate à taxa mínima de 4% (quatro por cento) e máxima de 12% (doze por cento) ao ano, pagáveis semestralmente,

IV — Taxas de Juros fixados no ato da emissão, não podendo ser alteradas no decurso dos prazos de vigência das Obrigações.

Parágrafo único — As Obrigações de que trata o presente artigo serão emitidas do tipo "ao portador" e "nominativa-endossável".

Art. 4.º — O montante de cada emissão das Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná — Tipo Reajustável — ORTE-PR, será fixado por Decreto do Poder Executivo, observados os limites de endividamento estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e respectivas regulamentações.

Art. 5.º — O Poder Executivo poderá, por intermédio da Secretaria de Estado das Finanças celebrar convênios, ajustes ou contratos com o Banco do Estado do Paraná S/A e ou Banco do Brasil S/A, visando a emissão, subdivisão, substituição, consolidação, conversão de certificados, e pagamentos de juros e resgates, das Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná — Tipo Reajustável - ORTE-PR.

§ 1.º — A coordenação, supervisão e controle dos serviços de que trata este artigo, ficarão a cargo da Secretaria de Estado das Finanças.

§ 2.º — O pagamento de juros e correção monetária incidentes sobre as Obrigações não poderá ser antecipado.

§ 3.º — Não poderá haver pagamento de juros e correção monetária relativos a período posterior ao vencimento das Obrigações.

Art. 6.º — As Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná — Tipo Reajustável - ORTE-PR, são insuscetíveis de gravames de qualquer natureza que importem na obrigatoriedade das repartições emitentes ou seus agentes exercerem controle prévio especial quanto à sua negociabilidade, ao pagamento de juros ou à efetivação do resgate.

Art. 7.º — Os depósitos, cauções e garantias correlatas, efetuados junto aos Órgãos da Administração Estadual Direta ou Indireta poderão ser prestados em Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná — Tipo Reajustável — ORTE-PR.

Art. 8.º — As Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná — Tipo Reajustável-ORTE-PR, poderão ser recebidas pelo seu valor atualizado de acordo com o inciso II do artigo 3.º des-

ta lei, em pagamento de qualquer imposto estadual, após decorrerem 30 (trinta) dias de seu prazo de resgate.

Art. 9.º — Para garantia da liquidez das Obrigações de que trata esta lei, o Poder Executivo fica autorizado a instituir o Fundo de Liquidez da Dívida Pública.

§ 1.º — A administração do Fundo de Liquidez será exercida pela Secretaria de Estado das Finanças.

§ 2.º — O Fundo de Liquidez da Dívida Pública poderá ter suas operações lastreadas, exclusivamente, com títulos públicos federais, estaduais e/ou municipais.

Art. 10 — Os orçamentos anuais e plurianuais do Estado do Paraná deverão consignar as dotações necessárias a garantir o atendimento dos encargos decorrentes da presente lei, especialmente à cobertura das despesas com juros, correção monetária, corretagens, comissões de serviços, taxa de administração do Fundo de Liquidez da Dívida Pública, e ainda o resgate das Obrigações.

Art. 11 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## SECRETARIA DE ESTADO DAS FINANÇAS

Gabinete do Secretário.

OFÍCIO N.º 1.134/82-GAB

Curitiba, 15 de setembro de 1982.

Senhor Governador.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para considerações e deliberação, anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a emitir e colocar no mercado financeiro, Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná, Tipo Reajustável — ORTE—PR.

Vejo na instituição das ORTE—PR, sem dúvida, uma das melhores alternativas, frente às dificuldades presentes no mercado internacional, em relação a captação de empréstimos em dólares.

Dos estudos realizados, o anteprojeto em apresentação, consubstancia medidas capazes de auxiliar o atendimento dos objetivos aos quais o Governo do Estado se propõe, permitindo a implementação de mecanismos de controle e atuação adequados às práticas operacionais vigentes no mercado de títulos, a exemplo das implantações já efetivadas em outros Estados, como: Minas Gerais (ORTM), São Paulo (ORTP), Bahia (ORTBA), Rio de Janeiro (ORTRJ), Rio Grande do Sul (ORTE-RS), Santa Catarina (ORTC), Ceará (ORTCE), e mais recentemente a dos Estados de Pernambuco, Piauí e Paraíba.

Vindo a constituir-se em substancial fonte alternativa de recursos, atuará inclusive, diretamente, como veículo à captação de parte da poupança paranaense, permitindo seja investida no Paraná a riqueza gerada pelo próprio povo de nosso Estado, que por falta de opção é aplicada atualmente em títulos de Obrigações equivalentes, de outros mercados.

Na oportunidade, por ser de grande importância, e para que se avalie o dimensionamento do mercado para onde são direcionadas tais obrigações, evidencio o interesse das autoridades monetárias, permitindo-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência a posição adotada pelo Banco Central do Brasil, que através das Resoluções 729 (24.03.82) e 735 (28.04.82), estabeleceu às Entidades de Previdência Privada a obrigatoriedade de aplicar suas reservas técnicas não comprometidas, como segue:

a) — 30% (trinta por cento), no mínimo, em LTN e ORTN e títulos da dívida pública dos Estados e Municípios;

b) — 20% (vinte por cento), no máximo, em títulos da dívida pública dos Estados e Municípios e outros títulos governamentais;

c) — O montante das aplicações não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) das reservas técnicas não comprometidas.

Desta forma, Senhor Governador, fica demonstrada a po-

tencialidade de absorção de títulos, que somente neste segmento apresenta um significativo volume de reservas com aplicação obrigatória, haja visto, que no final do primeiro semestre do corrente ano, as possibilidades de captação das mesmas chegaram a cifra de cento e oitenta bilhões de cruzeiros.

Em síntese, a capacidade legal de endividamento do Estado do Paraná, está normatizada pelas Resoluções do Senado Federal, de n.º 62 (28.10.75) e 93 (11.10.76).

Na prática, os limites de endividamento, estarão sujeitos as condições básicas preceituadas em Resoluções do Senado Federal, análise da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) e autorização do Ministério da Fazenda, através do Banco Central do Brasil.

Estes são, Senhor Governador, os motivos pelo qual encaminho à Vossa Excelência, o presente anteprojeto, que sei, terá sua apreciação imbuída no mais elevado espírito público.

(a) EDSON NEVES GUIMARÃES

Secretário de Estado das Finanças

— Ao Departamento Legislativo.

## Requerimento.

### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n.º 118/82, de sua autoria, declarando de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Medianeira, tendo em vista que a Lei n.º 6731, de 27/11/75 já a declarou de utilidade pública.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1982.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, a Mesa consulta às Lideranças dos Partidos, se desejam fazer uso do horário que lhes é reservado. — (Declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25/82, (Mensagem n.º 22/82, ex-Proposição n.º 25/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Município de CAPANEMA, que objetiva aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 26/82, (Mensagem n.º 23/82, ex-Proposição n.º 26/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, que através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Município de Guaraniaçu, objetiva aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27/82, (Mensagem n.º 24/82, ex-Proposição n.º 27/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Adminis-

tração e os Municípios aqui nominados, objetiva a execução de obras públicas nos Municípios signatários de tais convênios. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28/82, (Mensagem n.º 25/82, ex-Proposição n.º 28/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios especificados, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 29/82, (Mensagem n.º 26/82, ex-Proposição n.º 29/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios aqui nominados e conforme especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em obras de interesse metropolitano. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30/82, (Mensagem n.º 27/82, ex-Proposição n.º 30/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios n.ºs 1, 2 e 3, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios aqui nominados, tendo como interveniente a COMEC, que objetiva aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, nos referidos municípios. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 118/82, declarando de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Medianeira, tendo em vista que a Lei n.º 6731, de 27.11.75, já a declarou de utilidade pública. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, consubstanciado em pedido de informações sobre despesas efetuadas por aquela Secretaria com contratos de arrendamento mercantil. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à COHAPAR, reclamando providências relativas ao Conjunto Habitacional Padre Piya, da cidade de Castro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo informações sobre contratos de "leasing" da empresa Banestado Leasing com órgãos públicos. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo informações sobre a participação da TELEPAR nas listas telefônicas pela empresa GTB. — **Rejeitado.**

O SR. MÁRIO CELSO — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e

procederá a verificação de votação.  
(É procedida a verificação de votação).

Quatro Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação e nem para prosseguimento da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 25, 26 e 27/82.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 28, 29 e 30/82.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81/82 e dos Projetos de Resolução n.ºs 31, 32, 33, 34 e 35/82.

Levanta-se a Sessão.

#### 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA

##### ATA DA 88.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 1982

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Trajano Bastos e Ezequias Losso.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Tório Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fúfê Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 38/82, no qual concede pensão a viúva de parlamentar com menos de quatro

anos de mandato.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1982.

(a) JOÃO MANSUR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei 120/82 referente à Mensagem n.º 122/82, Cria Carteira de Previdência Complementar do Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 113/82, relativo à Mensagem n.º 114/82, que introduz alterações à Lei n.º 7292, de 08 de janeiro de 1980.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Projeto de Lei.

#### PROJETO DE LEI N.º 123/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "SBIM" Sociedade Beneficente Irmãos Menonitas — Sociedade Civil que tem a sua sede social na Rua Padre Mário Gomes Bezerra, n.º 401, na cidade de Clevelândia, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1982.

(a) JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente Irmãos Menonitas, com sede à Rua Padre Mário Bezerra, n.º 401, na cidade de Clevelândia, foi fundada a 30 de novembro de 1978, com o objetivo de prestar assistência filantrópica, moral e religiosa aos menos favorecidos, sem fins lucrativos independente de credo, raça ou política, procurando resolver o problema da habitação marginalizada, o desemprego e o menor abandonado. Como toda sociedade beneficente, ela é mantida por um grupo de pessoas altruístas que vêem na sociedade beneficente Irmãos Menonitas, uma forma de levar aos pobres e desamparados o nosso excesso social. Justifica-se seu reconhecimento pelo exposto acima e mesmo porque apresenta todos os documentos exigidos por lei.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, a Mesa consulta às Lideranças dos partidos se desejam fazer uso do horário que lhes é reservado. — (Declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25/82, (Mensagem n.º 22/82, ex-Proposição n.º 25/82), oriundo do Pa-

recer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Município de CAPANEMA, que objetiva aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 26/82, (Mensagem n.º 23/82, ex-Proposição n.º 26/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, que através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Município de Guaraniaçu, objetiva aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27/82, (Mensagem n.º 24/82, ex-Proposição n.º 27/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios aqui nominados, objetiva a execução de obras públicas nos Municípios signatários de tais convênios. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28/82, (Mensagem n.º 25/82, ex-Proposição n.º 28/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios especificados, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 29/82, (Mensagem n.º 26/82, ex-Proposição n.º 29/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios aqui nominados e conforme específica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cooperação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em obras de interesse metropolitano. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30/82, (Mensagem n.º 27/82, ex-Proposição n.º 30/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios 1, 2 e 3, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios aqui nominados, tendo como interveniente a COMEC, que objetiva aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81/82, de autoria do Deputado JOSÉ LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CENTENÁRIO DO SUL", com sede e foro em Centenário do Sul. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 81/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CENTENÁRIO DO SUL".

RIO DO SUL", com sede à Avenida Caetano Munhoz da Rocha n.º 39, na cidade de Centenário do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1982.

(a) LÁZARO DUMONT

#### JUSTIFICATIVA:

Reconhecido como SINDICATO DOS PRODUTORES AUTÔNOMOS NA LAVOURA DE CENTENÁRIO DO SUL, em 15 de junho de 1962, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, sob o n.º 157.458/63, vindo posteriormente, a ser denominado SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CENTENÁRIO DO SUL, com a expedição da segunda via de sua Carta de Reconhecimento Sindical, em 25 de setembro de 1969, sob o n.º 139.169/68, e registrado no Livro n.º 35, Folhas n.º 32, daquele Ministério, em 02 de outubro de 1969, com a aprovação de seus Estatutos Sociais através do Departamento Sindical daquele Ministério, passou a partir daquela data, com sua nova razão social, como já vinha fazendo anteriormente, prestar uma maior assistência aos trabalhadores rurais daquele município.

O relatório em anexo, ao presente projeto de lei, já justifica por todo os meios, que esta Casa de Leis, através de seus representantes, conceda ao SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CENTENÁRIO DO SUL, o título de utilidade pública, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados a coletividade rural daquele município, nestes longos 20 anos em que vem funcionando, procurando mesmo dentro de suas dificuldades financeiras e materiais, dando uma melhor assistência ao trabalhador rural, e em especial ao trabalhador "bóia-fria", que é o menos favorecido dentro desta classe profissional de trabalhadores.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 81/82

O nobre Deputado JOSÉ LÁZARO DUMONT objetiva com o presente plano de lei, declarar de utilidade pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CENTENÁRIO DO SUL, com sede naquela cidade.

Obediente às exigências regimentais e legais, imune também de falhas ou omissões, está o processo em condições de prosseguir sua tramitação normal pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, nosso parecer é favorável à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 31/82, (Mensagem n.º 28/82, ex-Proposição n.º 31/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios especificados, objetivando a execução de obras públicas nestes municípios. — **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 32/82, (Mensagem n.º 34/82, ex-Proposição n.º 32/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgão citado e o Município de Abatiá, objetivando adoção de ação conjunta visando a execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS MUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DA SAFRA PROSAFRAS. — **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33/82, (Mensagem n.º 36/82, ex-Proposição n.º 33/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n.º 53/81-A, celebrado entre o Estado do Paraná e órgãos que especifica, objetivando dar continuidade à execução do "Programa de Migração Interna", no Estado do Paraná. — **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/82, (Mensagem n.º 37/82, ex-Proposição n.º 34/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios citados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme "PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSIÃO DO SOLO NO NOROESTE DO PARANÁ" - PRONOROESTE. — **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35/82, (Mensagem n.º 38/82, ex-Proposição n.º 35/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio de Cooperação celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgão que especifica e o Município de Marechal Cândido Rondon, sendo interveniente o Departamento de Trânsito, objetivando harmonização das diretrizes de serviços de trânsito com os estudos de planejamento urbano do referido município. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 38/82. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 120/82. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 113/82. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, consubstanciado em pedido de informações sobre a participação da TELEPAR nas listas telefônicas publicadas pela empresa GTB. — **Rejeitado.**

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere. (É procedida a verificação de votação).

Cinco Srs. Deputados aprovam; um Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para votação, nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 09, 11, 12, 13, 14, 15 e 16/82.

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 28, 29 e 30/82.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 81/82 e dos Projetos de Resolução n.ºs 31, 32, 33, 34 e 35/82.

Levanta-se a Sessão.